

Educação superior pública no Rio Grande do Norte: expansão e interiorização

RESUMO

Discute-se a política de expansão e interiorização da educação superior pública no Rio Grande do Norte (RN) ocorrida entre 2001 e 2014. A partir da análise dos dados do Censo da Educação Superior no referido período, fornecidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), e dos dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) percebe-se que houve um expressivo aumento de instituições, vagas, matrículas e cursos, principalmente no interior e nas regiões mais desassistidas do país. Tal expansão é visível também no estado do RN, o que possibilitou o desenvolvimento local e regional de determinados espaços. Neste estado, a expansão ocorreu com maior crescimento relativo no interior, destacando-se a atuação e o papel: a) da UFRN, principalmente através da expansão dos cursos à distância (UAB); b) da UFERSA, pela permanência e aumento de *campi*, cursos e vagas no interior; c) da UERN, principalmente pela criação de novos cursos, núcleos avançados e programas de pós-graduação; d) e do IFRN, pelo grande espraiamento em todo o Estado.

PALAVRAS-CHAVE: Expansão do Ensino Superior; Interiorização do Ensino Superior; Desenvolvimento Regional.

Francisco João de Deus de Carvalho

Joaoodeus18@hotmail.com

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Natal, Rio Grande do Norte, Brasil

Lívia Gabriela Damiano de Lima

Livia.gabrieladl@hotmail.com

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Natal, Rio Grande do Norte, Brasil

Francisco Daniel Ferreira da Costa

franciscodanielf@yahoo.com.br

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Natal, Rio Grande do Norte, Brasil

Alcides Leão Santos Júnior

santosjunioralcides@gmail.com

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Natal, Rio Grande do Norte, Brasil

1 INTRODUÇÃO

Durante muito tempo, no Brasil, o acesso à educação superior esteve restrito às elites, fato justificado pelo escasso número de vagas o que excluía, via processo de seleção, uma grande parcela de estudantes da educação básica da esfera pública, bem como pela concentração demasiada das instituições nas grandes cidades brasileiras. Na década de 1970, estudos realizados pela Organização das Nações Unidas (ONU), apontam a necessidade de democratização do ensino. A partir daí, percebe-se uma expansão deste nível de ensino, porém protagonizada hegemonicamente pela iniciativa privada.

Na década de 1990, o Estado brasileiro já marcado pelas configurações do neoliberalismo acentua o sucateamento e, conseqüentemente o desmonte das Instituições de Ensino Superior (IES), a partir de uma política repressora de baixos salários, e de falta de financiamento para o ensino superior federal. No entanto, a mudança de governo, no início dos anos 2000, provoca alterações no contexto das IES, através de uma política de expansão que tinha como objetivo principal reestruturar e expandir as universidades, aumentando instituições, vagas e cursos. A referida política é responsável por gerar uma nova dinâmica territorial, pautada na expansão, principalmente através da interiorização das instituições, até então nunca vista no país. Isto porque os movimentos de expansão da educação superior federal que ocorreram no final do século XIX, no período pós-guerra e no regime militar foram caracterizados pela grande concentração nas capitais e grandes cidades, bem como pela elevação da participação do setor privado em relação ao público.

Nesse contexto, busca-se analisar os dados dos Censos da Educação Superior de 2001 a 2014, encontrados no site do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (INEP), e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) através do GeoCapes, tentando **discutir o processo de expansão e interiorização da educação superior pública ocorrido no Rio Grande do Norte na última década.**

A escolha do recorte temporal (2001-2014) deu-se em função da vigência do Plano Nacional da Educação (PNE) implementado em 2001, que se estendeu até 2010, e a tardia aprovação do novo PNE somente em 2014. Portanto, acredita-se que as ações e os resultados alcançados na educação superior brasileira entre 2011 a 2014 ainda possuem reflexos do PNE anterior.

Sendo assim, inicialmente serão discutidas as políticas públicas para a educação superior traçadas no período de 2001 a 2014, envolvendo as ações do final do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (1998 - 2002), dos dois mandatos de Luís Inácio Lula da Silva (2003 - 2010) e do início do governo de Dilma Rousseff (2011-2016). Posteriormente abordar-se-á a expansão ocorrida nas IES do RN, analisando a transformação de personalidade jurídica de algumas delas, o crescimento e a expansão territorial, espraiando-se para além da capital do estado, atingindo todas as mesorregiões potiguares. Os dados do INEP e da CAPES serão base para a análise da expansão de cursos, vagas e discentes tanto na graduação como na pós graduação no RN.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL (2001-2014)

As políticas públicas são resultado de um conjunto de fatores, de contexto, de ideias, de debates entre os agentes/atores/sujeitos que influenciam nos processos de formulação, implementação e avaliação. E seu conceito não se restringe apenas ao ato de elaboração, mas, principalmente, está ligado à função e/ou finalidade, ou seja, o propósito de seu surgimento e os resultados alcançados é que definirão realmente uma política pública. Ao afirmar a influência dos agentes, não se corrobora com a ideia de que a capacidade dos governos de intervirem diminuiu nos últimos anos. Sabe-se que outros segmentos, que não o governo, intervêm na formulação e implementação das políticas públicas. No entanto, ao invés de uma diminuição na atuação estatal, percebe-se mais a constituição de redes com a presença de entes públicos e privados (SOUZA, 2003a, 2003b; SCHNEIDER, 2005).

A falta de uma visão sistêmica sobre as políticas públicas era marcante até os anos 1950. No início, eram vistas, quase que exclusivamente, como outputs do sistema. Somente a partir desta década, a análise passou a ser feita atentando para toda a dinâmica do processo, bem como sobre os atores, estatais e não estatais (FARIA, 2003). No que diz respeito à formulação e implementação de políticas públicas voltadas para a educação no Brasil, isso gerou o que Lima (2013) classificou como ações pontualizadas ou paliativas.

Analisando especificamente a educação superior, historicamente apresentou-se como excludente, e as políticas desenvolvidas foram voltadas, quase que exclusivamente, para amenizar situações de forma temporária, atendendo a segmentos específicos da população. Além disso, assistiu-se nas últimas décadas do século passado a emergência e dominação quase hegemônica da ideologia neoliberal, apregoando “o menos de Estado e de política possível”. Impulsionado pela desregulação crescente e pela globalização econômica de natureza basicamente financeira, o processo de formulação de políticas públicas tornou-se mais complexo. Entra em jogo, em cada país, interesses internacionais com forte poder de influência, compelindo o Estado nacional a negociar, intercambiar, coordenar, cooperar e até ceder (FIORI, 1997; TEIXEIRA, 2002, SCHNEIDER, 2005).

No Brasil, as políticas públicas sempre foram impregnadas por um viés fortemente econômico, sendo as políticas regionais e sociais relegadas a segundo plano. O governo agiu lentamente na criação de universidades federais, e ganharam destaque ainda no início do século XX, as iniciativas regionais e atuação do setor privado. Tanto é que a partir da década de 1970 as matrículas nas IES privadas (63,6%) já superavam as do setor público (36,4%). As políticas para a educação superior foram desenhadas de tal forma, que aconteceu um grande movimento de privatização do sistema e que até hoje não foi revertido (ARAÚJO, 2003; SCHWARTZMAN, 2015).

No governo de FHC percebeu-se a acentuação da inserção submissa do país no atual ambiente mundial, como também a forte financeirização das riquezas. Isso resultou no maior endividamento e maior déficit público (ARAÚJO, 2003). Conseqüentemente, a educação superior pública é marcada pelo abandono e esquecimento.

No ano de 2001 entrou em vigor o Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001), com duração prevista para 10 anos, que trazia diretrizes, objetivos e metas para a educação básica (educação infantil, ensino fundamental e médio), educação superior, e também para as modalidades de ensino (educação de jovens e adultos, educação à distância e tecnologias educacionais, educação tecnológica e profissional, educação especial e educação indígena), para o magistério da educação básica, e para financiamento e gestão. Apontava como objetivos: a) a elevação global do nível de escolaridade da população; b) a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis; c) a redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública e; d) democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (BRASIL, 2001).

No tocante especificamente à educação superior, a ampliação de atendimento neste nível é apontada como uma entre as cinco prioridades do PNE. Cabe destacar que a porcentagem líquida de matrículas neste nível de ensino, no período de elaboração do documento, considerando a faixa etária de 18 a 24 anos, era de pouco mais de 7%, portanto, muito baixa (IBGE, 2000). Neste sentido, dentre as suas metas, a primeira é o provimento, até o final da década, da oferta de educação superior para, pelo menos, 30% dos que estão na faixa etária de 18 a 24 anos (BRASIL, 2001). No entanto, essa meta nunca foi atingida. Em 2010, o percentual ainda estava em cerca de apenas 13,35% (IBGE, 2010).

No PNE visualizamos a menção sobre a necessidade de atribuir a autonomia universitária, a diversificação institucional, a elevação da participação do setor público para nunca menos de 40%, expansão de vagas no período noturno, mas também a importância atribuída ao setor privado, bem como às instituições que não praticam pesquisa (como os centros universitários). Ao todo foram traçadas 35 metas para a educação superior, mas quatro foram vetadas pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso (BRASIL, 2001). O PNE foi mutilado pelos vetos que incidiram sobre seus pontos mais nevrálgicos, referentes ao financiamento, e também sobre a expansão da educação superior pública (SAVIANI, 2007). Os vetos incidiram sobre as seguintes metas: a) Meta 2 – Ampliar a oferta de ensino público de modo a assegurar uma proporção nunca inferior a 40% do total das vagas, prevendo inclusive a parceria da União com os Estados na criação de novos estabelecimentos de educação superior; b) Meta 24 – Assegurar, na esfera federal, através da legislação, a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Superior, constituído, entre outras fontes, por, pelo menos 75% dos recursos da União vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino, destinados à manutenção e expansão da rede de instituições federais; c) Meta 26 – Ampliar o programa de crédito educativo, associando-o ao processo de avaliação das instituições privadas e agregando contribuições federais e estaduais, e, tanto quanto possível, das próprias instituições beneficiadas, de modo a atender a, no mínimo, 30% da população matriculada no setor particular, com prioridade para os estudantes de menor renda; d) Meta 29 – Ampliar o financiamento público à pesquisa científica e tecnológica, através das agências federais e fundações estaduais de amparo à

pesquisa e da colaboração com as empresas públicas e privadas, de forma a triplicar, em dez anos, os recursos atualmente destinados a esta finalidade.

Apesar disso, várias metas importantes ainda constam na Lei nº 10.172/2001, incluindo além da elevação da oferta, também o estabelecimento de uma política de expansão que diminua as desigualdades de oferta que existem entre as regiões do país, o estímulo à consolidação e ao desenvolvimento da pós-graduação, entre várias outras (BRASIL, 2001).

Após a entrada do novo Presidente Luís Inácio Lula da Silva em 2003, a expectativa girava em torno de mudanças no quadro de submissão do país à agenda neoliberal, aprofundado durante o governo anterior. No entanto, nos primeiros anos de seu mandato, é perceptível expressiva complementaridade às reformas iniciadas por FHC, apesar de que com menos intensidade quanto aos ataques às necessidades das classes trabalhadoras, mas ainda apoiada sobre as recomendações dos organismos financeiros internacionais. No tocante à educação superior, ainda permanece a estratégia de fragmentação do texto legal presente anos anteriores, mas Lula voltou suas ações para a sustentação financeira dos estabelecimentos existentes (CARVALHO, 2006; ÉTHER, 2014; BARROS, 2015; BRANDIM; FELDMANN, 2015). Acrescenta ainda:

Na prática, por um lado, estreitou as relações público/privado e optou pela solvência das IES privadas através do ProUni, bem como manteve e até mesmo aprofundou os parâmetros avaliativos e a função regulatória do Estado através do SINAES, mas, por outro, reverteu, em parte, o processo de sucateamento do segmento federal e de desvalorização do serviço público em geral, inclusive, com a reposição salarial e dos quadros funcionais (CARVALHO, 2006, p. 12).

De acordo com Sguissardi (2006), dois impedimentos são evidentes para que Lula promovesse uma verdadeira reforma universitária: a legislação (Lei das Parcerias Público Privadas e Lei da Inovação Tecnológica, que promoviam a destinação de recursos públicos para projetos privados) e a visão do seu Ministro da Fazenda em relação ao lugar que deve ocupar a educação superior nas despesas de fundo público, que ainda era muito próxima às recomendações dos organismos multilaterais. No entanto, o autor aponta que apesar de haver continuidade neste início de governo, há também algumas exceções, como a adoção de um novo sistema de avaliação, a recuperação dos montantes de recursos de custeio aos níveis de 1995, e uma expansão ainda pequena das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

Dentre os programas mais criticados pelos estudiosos (CARVALHO, 2006; SEGENREICH; CASTANHEIRA, 2009; BARROS, 2015; entre outros) das políticas públicas para a educação superior brasileira, estão o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES). Constituíram, porém, o carro-chefe da ampliação do financiamento durante o governo Lula. Na tentativa de salvar a rede privada de um colapso eminente – em virtude da grande oferta de vagas e a falta de condições da grande maioria da população de custear um curso na rede privada – o governo procurou encobrir as pressões do segmento particular, configurando uma “fuga para frente”. As críticas incidiram principalmente porque os programas promovem uma democratização às avessas, tendo em vista que destinam recursos públicos para custear/conceder bolsas no ensino superior privado. Além

da falta de qualidade visível na maioria das instituições do setor, a concessão de bolsas ou crédito não garantem a permanência e conclusão do curso de graduação (CARVALHO, 2006; BARROS, 2015). Porém, até 2010 já haviam sido firmados 616.743 contratos através do FIES (R\$ 8,3 bilhões em financiamentos) e concedidas bolsas para 748.000 estudantes através do PROUNI (BRASIL, 2010).

Em 2003, o governo constituiu o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para analisar a situação e propor um plano de reestruturação, desenvolvimento e democratização das IFES. Inicia-se uma expansão quantitativa, geográfica, de acesso e de funções da educação superior brasileira. Várias ações voltadas para a educação superior foram desenvolvidas na primeira década do século XXI, as quais serão elencadas a seguir (MARQUES; CEPÊDA, 2012; BRANDIM; FELDMANN, 2015).

Em 2003 é lançado o Programa Expansão, também conhecido como Expansão I, para atender as metas do PNE (2001-2010). Tinha como uma das principais diretrizes a interiorização, com foco voltado para as necessidades e vocações econômicas de cada região do País. Há uma elevação no orçamento global das IFES de R\$ 7,7 bilhões em 2004 para R\$ 8,9 bilhões já em 2005. Esse programa foi substituído em 2008 pelo Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Juntos foram responsáveis, até 2014, pela implementação de 14 novas universidades federais e 126 novos campi universitários. Além disso, houve uma duplicação na oferta de vagas (de 121.455 em 2003 para 248.534 em 2010), de cursos de graduação presenciais (de 2.392 em 2003 para 5.024 em 2010) e aumento no número de docentes e técnicos administrativos. O número de IFES saltou de 83 no ano de 2003 para 99 instituições em 2010 (CARVALHO, 2006; BRASIL, 2010; INEP, 2003, 2010; GENTILI; OLIVEIRA, 2013).

O Reunisurgiu como uma das ações para concretização do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), instituído pelo Decreto nº 6.094/2007. O PDE constitui-se de trinta ações de natureza, características e alcance distintas entre si, entre elas cinco referentes à educação superior. Na verdade, não se trata de Plano, mas de um “programa de metas”, apoiado sobre três eixos no que diz respeito à educação superior: a) reestruturação e expansão das universidades; b) democratização do acesso; e c) avaliação e regulação. (BRASIL, 2007; SAVIANI, 2007; LIMA, 2013). Dentro do PDE (2007) ainda foi criado o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) em 2008 para apoiar a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos presenciais de graduação das IFES (BRASIL, 2010).

No entanto, muitas são as críticas ao Reuni, denunciando a massificação das universidades federais, os atrasos, projetos ruins e custos adicionais nas obras (BARROS, 2015), metas quantitativas elevadas demais implicando queda de qualidade do ensino superior público (ÉSTHER, 2014), cursos funcionando sem a necessária estrutura física e pedagógica, precarização e implicações no trabalho docente. Contudo, houve ampliação de vagas, tornando a educação superior menos elitista e excludente, principalmente em função da interiorização das IES (BRANDIM; FELDMANN, 2015).

Além disso, a ampliação de vagas também ocorreu na graduação à distância através da Universidade Aberta do Brasil (UAB) em 2006, e da integração e

expansão das instituições federais de educação tecnológica, constituindo os IFETs em 2008 (BRASIL, 2010; BARROS, 2015).

A democratização do acesso foi pensada não apenas pela ampliação e interiorização da educação superior, mas também pela atenção para os grupos social e historicamente excluídos. Para isso foi instituída a Lei nº 12.711/2012 (conhecida como a Lei das Cotas). No entanto, grandes foram as discussões em torno de sua fundamentação legal e dos aspectos sociais dessa política.

As políticas públicas de ações afirmativas no Brasil, nessa direção, veiculam o anúncio de que o Estado ampara, tem um projeto definido de formação para a cidadania e que o seu planejamento democrático para a universalização e humanização é possível com estratégias diferenciadas de atendimento, à medida que discrimina positivamente grupos sociais, entretanto, sem qualquer intenção de ruptura com seus arranjos de exclusão, isto é, o metabolismo permanece o mesmo, ao tempo em que são apresentados desvios que alienam cada vez mais o homem do papel de autoprodutor de sua existência (LIMA; FRAGA, 2011, p. 158).

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), criado em 2004 surgiu para a regulação e supervisão da educação superior. Além disso, o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) veio substituir o antigo “provão”, avaliando alunos ingressantes e concluintes da educação superior. São elementos importantes para a avaliação da qualidade dos cursos. Por outro lado, mantêm-se a lógica de desempenho e mérito iniciada na Reforma de FHC (SGUISSARDI, 2006; BRASIL, 2010; ÉSTHER, 2014).

No governo de Dilma Rousseff (2011-2016) percebe-se continuidade de projetos e programas do governo anterior, no tocante à educação superior, e por isso não lhe foi conferida análise mais detalhada. Há a continuidade na expansão das vagas oferecidas através do Sistema de Seleção Unificado (Sisu), e expansão dos campi e cursos das IFES. Cabe destaque a mudança no Fies que passou a se chamar Fundo de Financiamento Estudantil.

A expansão e interiorização da educação superior brasileira ocorrido no início deste século constituiu um impulso para o desenvolvimento local. Entre 2003 e 2009, 236 cidades que não eram atendidas por IES inauguraram campi federais. Seria esta uma nova forma de desenvolvimentismo emergente em nosso país? Para Marques e Cepêda (2012, p. 186), “a interiorização do ensino superior busca, na educação pública, um eixo de ordenação territorial e econômica como fomento ao desenvolvimento regional”. No entanto, tais iniciativas, apesar de valiosas, ainda são tímidas e demandarão muitas décadas até que se reduza o enorme déficit educacional no Brasil. São necessárias ações mais efetivas na educação básica, pois somente assim, uma maior mobilidade profissional e social será propiciada (BARROS, 2015).

Apesar de não haver uma política explícita para o crescimento da educação superior por parte do governo do estado do RN, as ações do governo federal (REUNI e constituição e ampliação dos IFETs) bem como iniciativas locais e regionais promoveram uma expansão e interiorização do setor público neste nível de ensino, processo a ser detalhado a seguir.

3 EXPANSÃO DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO RIO GRANDE DO NORTE

No início dos anos 2000, o Rio Grande do Norte possuía três IFES públicas: Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Escola Superior de Agricultura de Mossoró (ESAM) e o Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte (CEFET/RN). Na esfera estadual havia apenas a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) cuja atuação era preponderantemente interiorana. Em 2001 o Instituto de Formação de Professores Presidente Kennedy (IFP) foi transformado no Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy (IFESP), também da esfera estadual, mas atuante apenas na capital.

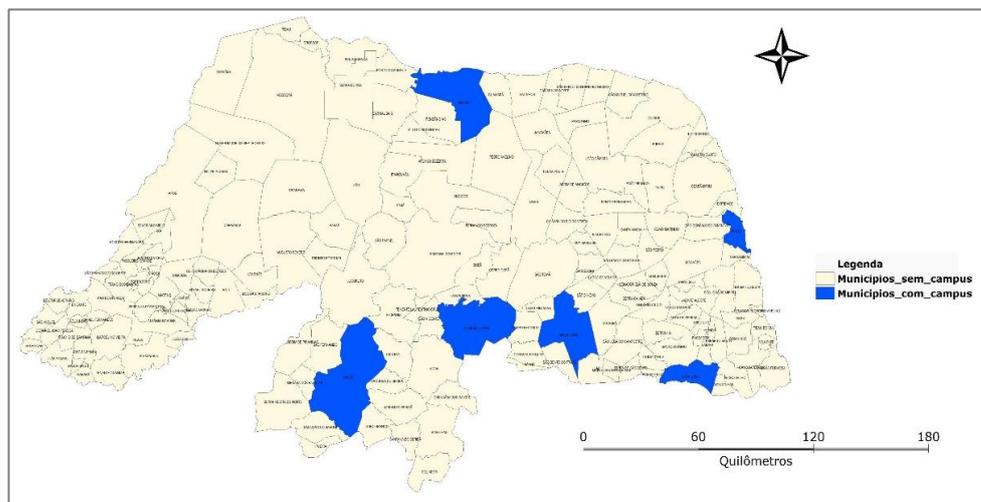
O processo de expansão se inicia na UFRN, seguida da ampliação dos cursos e núcleos da UERN, da expansão de campi, matrículas e cursos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) – antigo CEFET/RN – e da Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA) – antiga ESAM. A expansão iniciou com a criação de novas instituições, havendo transformações nas naturezas jurídicas das três instituições (IFP, CEFET e ESAM), mas também, em seguida, com o aumento dos campi e cursos. Com exceção da UFRN e do IFESP, as instituições promoveram um processo de expansão direcionado, principalmente, para o interior do estado potiguar.

No que se refere à UFRN, durante muitos anos esteve concentrada na capital do estado. Na década de 1960, a universidade se expande com a construção de mais um Câmpus (Centro) na cidade de Santa Cruz. Esse Centro tinha por objetivo a interiorização da UFRN por meio da extensão universitária, sendo o Hospital Joana Bezerra, que atualmente compõe o complexo hospitalar da UFRN, o espaço para o exercício da profissão de alunos dos cursos da área de saúde (GOMES, 2016).

Em 1970, a universidade consegue mais uma vez se expandir, desta vez com a criação de campi nos municípios de Caicó, Currais Novos, Macau e Nova Cruz (Figura 1). Segundo Gomes (2016, p. 12), “essa expansão procurava responder mais a interesses da classe política, do que propriamente respaldar uma política intrínseca à instituição”. Vale salientar que a expansão, no tocante ao aumento do número de Câmpus, só aconteceu até a referida década, permanecendo somente estes até os dias de hoje. Apesar disso, a UFRN teve grande aumento do número de cursos. De modo que no interior os cursos se revestiram de grande relevância para o contexto regional, do ponto de vista da articulação entre as cidades. Corroborando com a autora, é perceptível que mesmo com um número reduzido de campi, a UFRN não se concentra apenas na capital, tendo se espalhado para as mesorregiões do Agreste e Central do estado potiguar, favorecendo o desenvolvimento dessas regiões, bem como, dos territórios circunvizinhos (GOMES, 2016).

Outro elemento a ser destacado na UFRN é o aumento significativo dos cursos de pós-graduação, distribuídos em cursos de especialização, mestrado e doutorado ofertados pela universidade após 2003, e a criação dos polos de educação à distância (EaD), a partir do ano de 2005, localizados em sua maioria no interior do estado.

Figura 1 -Localização dos *campi* da UFRN em 2016.



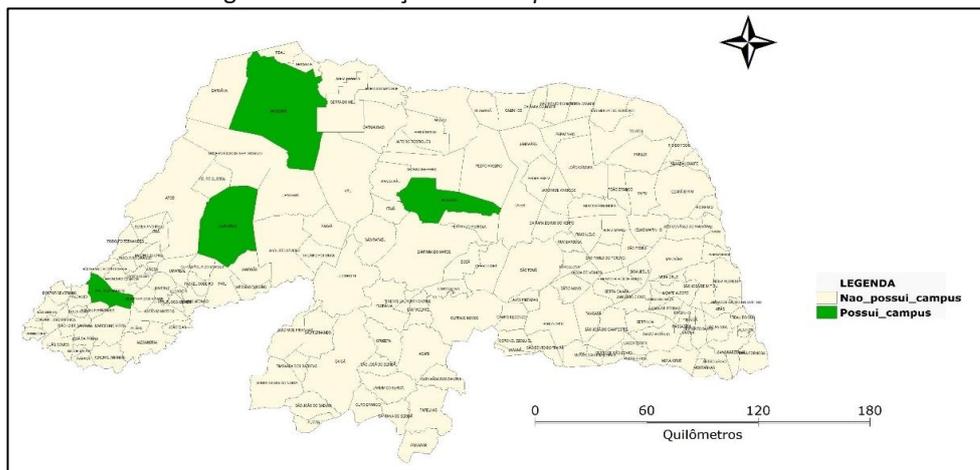
Fonte: Elaborado pelos autores.

Outro instrumento relevante na expansão da educação superior do RN foi a transformação da ESAM em UFRSA. A transformação em universidade federal se deu principalmente a partir das lutas políticas protagonizadas por lideranças locais junto ao governo federal no ano de 2005. A partir de sua transformação é iniciado um processo de expansão dentro da Mesorregião Oeste do RN (Figura 2), aumentando não só sua estrutura física através da criação de novos campi, mas também pelo expressivo aumento na oferta de cursos. Atualmente conta com quatro campi: Mossoró (Câmpus-sede, onde já se localizava a antiga ESAM), Angicos (criado em 2009), Caraúbas (criado em 2011) e Pau dos Ferros (criado no ano de 2012). Além dos cursos de graduação, a universidade dispõe de 15 cursos de pós-graduação, distribuídos em áreas diversas, entre as quais, ambiental, tecnológica e animal.

O espraiamento da UFRSA para outros municípios do RN favorece o desenvolvimento de outros espaços, potencializando o desenvolvimento intra-regional e também inter-regional, uma vez que a adoção do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como método de entrada na universidade atrai alunos de outras unidades da federação. Além disso, é notável o papel exercido por essa Universidade ao atender as demandas sociais e profissionais da população do próprio estado. Conforme Gomes (2016, p. 14):

[...] a inserção de alunos que não pertence às cidades ou região onde se encontram instaladas as unidades acadêmicas da UFRSA tem promovido mudanças significativas no contexto social e econômico das cidades onde se localizam as estruturas universitárias, tais como: aumento da demanda por moradia, valorização imobiliária, dinâmica das atividades de comércio e serviços, além das mudanças das práticas sociais.

Figura 2 - Localização dos *campi* da Ufersa em 2016.



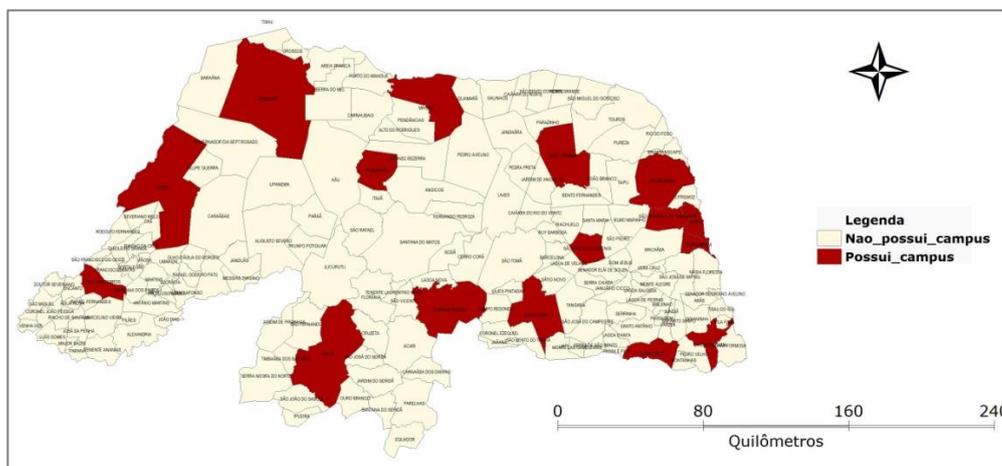
Fonte: Elaborado pelos autores.

Além destas, também o IFRN é um agente importante para a expansão da educação superior no estado. Ele surge na tentativa de fomento do desenvolvimento local e regional por meio da tecnologia e inovação. Cabe ressaltar aqui que, concomitantemente com a expansão dos IFETs existe um forte processo de interiorização dos institutos. Segundo o Tribunal de Contas da União (TCU),

Cabe observar que 85% das escolas/campi estarão fora das capitais estaduais, o que reforça a preocupação com a interiorização da rede. Outro dado reforça essa constatação: 176 campi estão em municípios com menos de 50.000 habitantes e, destes, 45 estão em municípios com menos de 20.000 habitantes (TCU, 2013, p.10).

Mesmo que os dados do TCU sejam a nível Brasil, é possível fazer analogia com a realidade do RN, tendo em vista que até o ano de 2003 o IFRN localizava-se apenas nos municípios de Natal e Mossoró, promovendo a centralização do ensino nesses dois territórios. Após 2003 o instituto se expandiu também com o aumento do número de campi no interior do estado, localizando-se nos pequenos e médios municípios (Figura 3).

Figura 3 - Localização dos campi do IFRN, 2014.



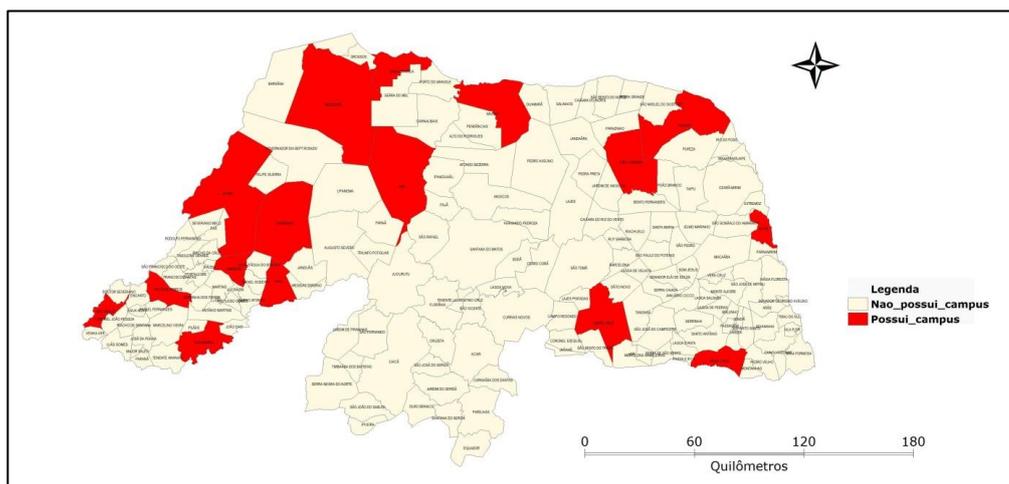
Fonte: Elaborado pelos autores.

A expansão atingiu todas as mesorregiões do RN, mesmo ainda havendo um número maior de campi em Natal. Essa interiorização passa a atender uma demanda da sociedade, melhorando os indicadores educacionais locais e regionais. Silva e Terra (2013, p.10) ponderam que “os Institutos Federais necessitam institucionalizar um instrumento de pesquisa que investigue de que forma ocorre a relação da instituição com o território no qual estão instalados”. Para os autores os IFETs têm grande relevância no fomento do desenvolvimento regional, por atender as necessidades específicas de cada território. Para os autores, os egressos são peças fundamentais nesse processo, pois, com suas pesquisas poderão dar subsídios para tomada de decisões para sanar e/ou minimizar determinados problemas.

Pautando-se no Censo da Educação Superior de 2014, as universidades estaduais representam 19,49% dentre as universidades brasileiras, estando localizadas em grande partenos municípiosdo interior. Isto se comprova a partir das matrículas, tendo em vista que nas universidades federais, 51,95% das matrículas estão localizadas nas capitais, enquanto, nas estaduais, 72,88% estão no interior (INEP, 2014). Assim, nessa perspectiva de expansão da educação superior no RN, outro equipamento fundamental foi a UERN.

Dantas e Clementino (2014) afirmam que a expansão da UERN, nos anos 2000, ocorreu quando foram criados novos cursos nos campi de Mossoró e Pau dos Ferros, assim como a partir da fundação do Câmpus de Caicó e instalação de 11 (onze) Núcleos Avançados em diversas regiões do Estado. Esse processo favoreceu todo um espaço homogêneo de pequenos municípios do interior do RN, inicialmente apenas com cursos de graduação. Após 2003, esses campi do interior passam a oferecer também uma formação *stricto sensu*, como é o caso do Câmpus de Pau dos Ferros que hoje é sede de quatro programas de pós-graduação.

Figura4 - Localização dos campi e Núcleos da UERN, 2016.

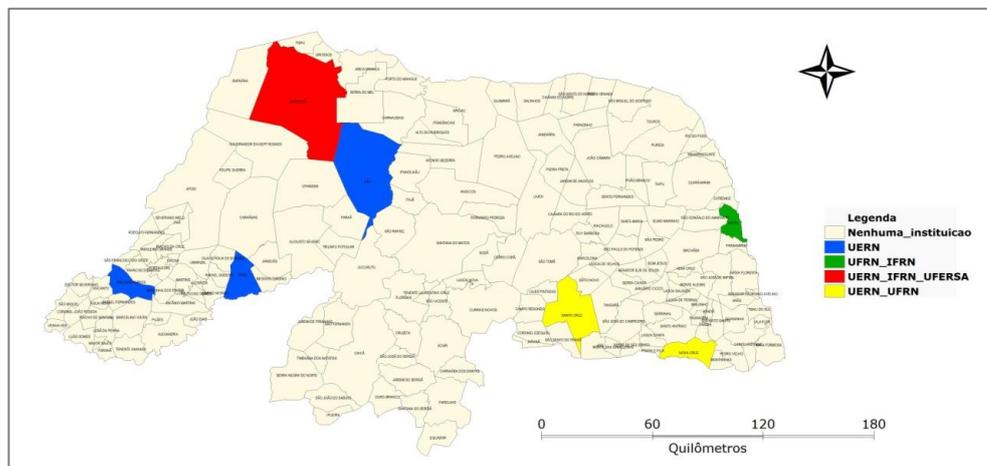


Fonte: Elaborado pelos autores.

A partir do exposto, ao fazer uma comparação da presença das IES públicasno RNdo período anterior a 2000, e posterior a 2003 (Figuras 5 e 6), é perceptível as grandes modificações ocorridas.Percebe-se que até 2000, o país, governado por FHC,havia passado por um processo de sucateamento das universidades, em virtude da orientação neoliberal adotada pelo governo da

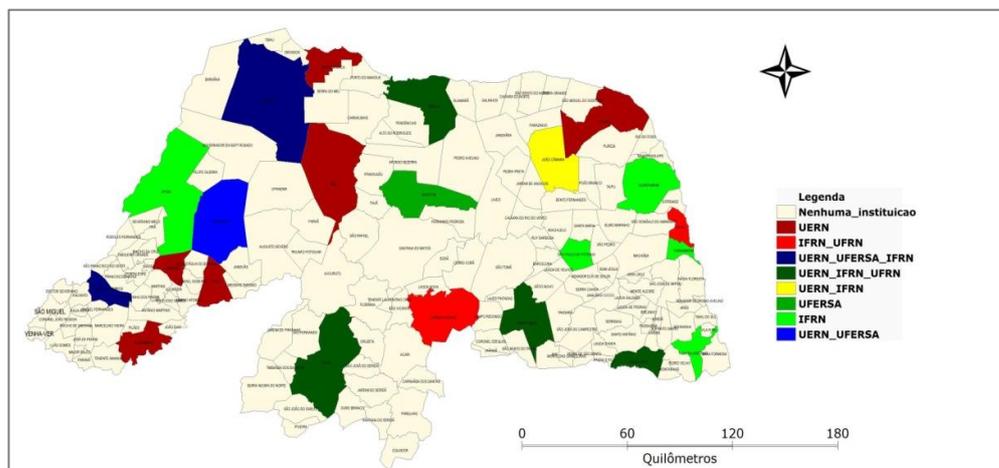
época. Tal fato contribuiu para a estagnação e conseqüentemente centralização do ensino superior público, abrindo ainda mais espaço para a entrada das universidades privadas.

Figura 5 - Localização das instituições de ensino superior no RN até 2000.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Figura6 - Localização das instituições de ensino superior no RN em 2016.



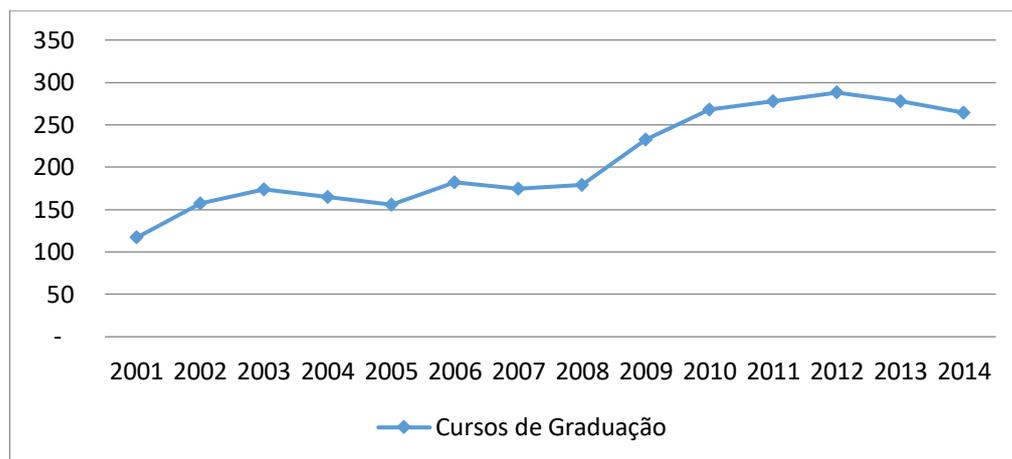
Fonte:Elaborado pelos autores.

A figura acima apresenta outro cenário noRN, principalmente a partir das políticas públicas para a educação superior implementadas nos governos de Lula e Dilma. Eles desenvolveram uma política específica para as universidades públicas federais, tendo como objetivo a reestruturação e expansão das instituições, além da criação dos IFETs e sua conseqüente expansão. Tais ações proporcionaram uma nova dinâmica, principalmente pela expansão via interiorização das instituições, que contribuiu de maneira expressiva para a redução das desigualdades sociais e regionais através das relações entre ensino, pesquisa e extensão, além de possibilitar o diálogo entre as esferas municipal, estadual e federal.

4 EXPANSÃO DA GRADUAÇÃO NO RIO GRANDE DO NORTE (2001 – 2014)

A ampliação da oferta de cursos de graduação presenciais no RN ocorreu de forma gradual no período aqui considerado, passando por um crescimento mais acentuado a partir de 2008, conforme é possível constatar pela visualização do Gráfico 1. A quantidade de cursos desse nível de ensino no RN era de 117 em 2001, passando para um total de 264 em 2014, representando um aumento de 126% no período em evidência.

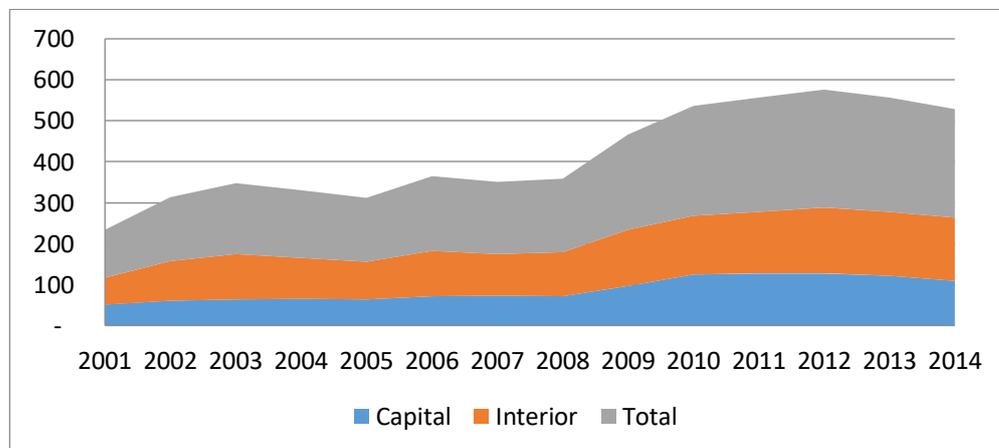
Gráfico 1 - Cursos de Graduação no RN (2001 - 2014).



Fonte: Elaborado com base nas Sinopses Estatísticas da Educação Superior – Graduação (INEP, 2001-2014).

Diante desse aumento do número de cursos, agora focando na sua localização geográfica, mais precisamente diferenciando o crescimento na capital e no interior do estado, verifica-se um crescimento semelhante nos dois recortes, mas levemente maior no interior, conforme observado no Gráfico 2. Percebe-se uma variação não linear e constante nesse processo, sendo que a quantidade de cursos de graduação no interior chegou a corresponder 63% do total do estado em 2003. Após um período de pequenas variações positivas e negativas, a representação do interior manteve um percentual elevado ainda em 2014, representando 59% dos cursos de graduação no RN.

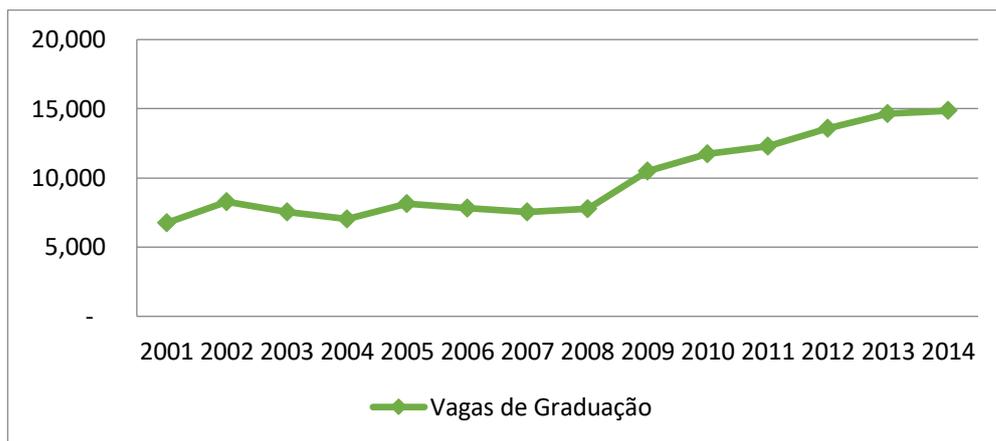
Gráfico 2 - Cursos de Graduação no RN por local (2001 - 2014).



Fonte: Elaborado com base nas Sinopses Estatísticas da Educação Superior – Graduação (INEP, 2001-2014).

Os dados ainda confirmam que o crescimento do número de cursos de ensino superior, já evidenciado, também elevou, conseqüentemente, a quantidade de vagas de graduação. A curva demonstrada no Gráfico 3 é muito semelhante aquela anteriormente apresentada no Gráfico 1, inclusive tendo seu ponto de crescimento mais acentuado também a partir de 2008.

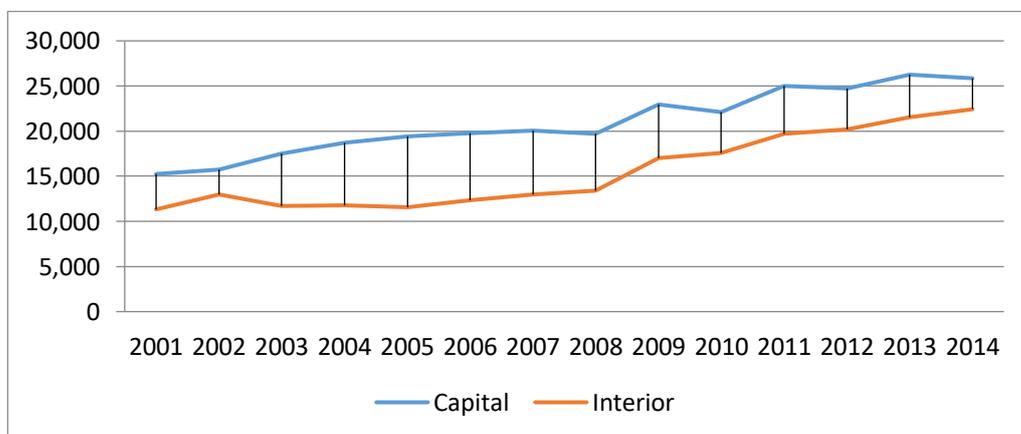
Gráfico 3 - Vagas de Graduação no RN (2001 - 2014).



Fonte: Elaborado com base nas Sinopses Estatísticas da Educação Superior – Graduação (INEP, 2001-2014).

Os dados disponíveis nas Sinopses anuais do INEP não demonstravam a diferenciação da quantidade de vagas entre capital e interior – sendo essas informações referentes apenas as instituições federais – impossibilitando assim uma comparação geográfica do crescimento de vagas nos cursos de graduação. Sendo assim, optou-se por realizar uma comparação utilizando-se das informações disponíveis sobre as matrículas de nível superior no RN. E o gráfico resultante dos dados demonstrou um movimento oposto das curvas correspondentes a capital e ao interior, entre os anos de 2001 e 2007, tendo novamente o ano de 2008 como ponto de partida para um movimento ascendente das duas curvas, inclusive diminuindo a distância entre as mesmas, como visto no Gráfico 4.

Gráfico 4 -Matrículas em Cursos de Graduação no RN (2001 - 2014).



Fonte: Elaborado com base nas Sinopses Estatísticas da Educação Superior – Graduação (INEP, 2001-2014).

Algumas considerações sobre a expansão da educação superior no estado se destacaram quando da observação dos dados analisados. A primeira diz respeito ao crescimento acentuado dos números relacionados a educação superior a partir de 2008. Pode-se creditar esse fenômeno ao REUNI, tendo seus principais efeitos sentidos a partir deste ano. A segunda consideração obtida pela observação dos dados aborda o movimento de interiorização da educação superior. Houve um aumento da participação relativa do interior na oferta de cursos e matrículas, mas esse aumento – propiciado, principalmente, pela abertura de novos Campi de instituições já existentes – não gerou mudança significativa na relação já estabelecida entre a capital e o interior do RN.

Em 2001, 56% dos cursos de graduação estavam localizados no interior, e 44% na capital. Em 2014 essa relação passa a ser de 59% para 41%. Dessa forma, não se pode negar a desigualdade quando se considera que a capital do estado detinha, em 2010, apenas 25,4% da população do RN, segundo o último Censo Demográfico.

Muito embora essa mudança ainda tenha um significado importante, pois representa maiores oportunidades para a população interiorana, e grande relevância para o contexto regional, promovendo articulação entre as cidades. Assim como, também cabe destacar as mudanças trazidas para as cidades onde as estruturas universitárias se instalaram. Tal ideia está presente em Marques e Cepêda (2012, p. 186), quando afirmam que “a interiorização do ensino superior busca, na educação pública, um eixo de ordenação territorial e econômica como fomento ao desenvolvimento regional”.

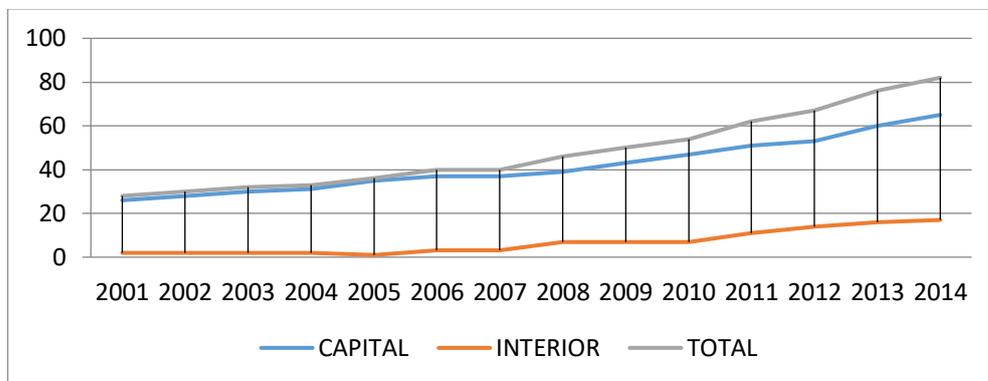
5 EXPANSÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO NO RIO GRANDE DO NORTE (2001 – 2014)

Neste tópico, passaremos a discutir a expansão da pós-graduação no estado do Rio Grande do Norte com base, principalmente, nos dados disponibilizados pela CAPES através do GeoCapes, sua ferramenta de dados georreferencial. Será abordado, especificamente, o crescimento da pós-graduação através da observação do número de programas e discentes desse nível de formação no RN.

Pode-se perceber, a princípio, que houve um crescimento considerável no número de programas de pós-graduação no estado, sendo os mesmos, em sua grande maioria, localizados na capital. No período inicial do intervalo de tempo considerado por este trabalho, a quantidade de cursos de pós-graduação existente no interior manteve-se praticamente constante, apresentando leve aumento entre os anos de 2005 a 2007, após o qual ocorreu um crescimento mais significativo, como se observa no Gráfico 5.

Muito embora, em termos absolutos, o crescimento da oferta de pós-graduação no interior do estado tenha se apresentado modesto, ele significou um aumento considerável da participação do interior na oferta desse nível de formação. No intervalo de tempo considerado neste trabalho, a capital perdeu importância relativa na oferta pública de cursos de pós-graduação, de 93% em 2001 para 79% em 2014; conseqüentemente, o interior passou a ter maior importância relativa – de 7% para 21% no mesmo período.

Gráfico 5 - Quantidade de Programas de Pós-Graduação no RN (2001 - 2014).

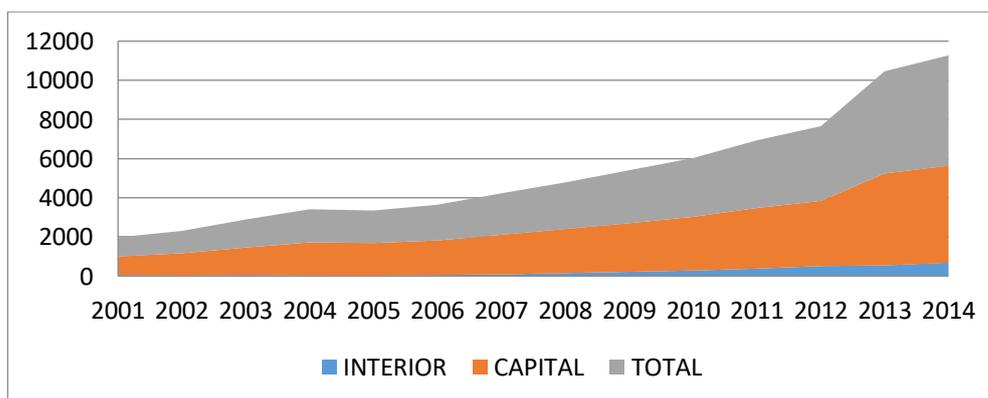


Fonte: Elaboração própria com base nas informações do GeoCapes.

A mesma tendência observada quanto a oferta de pós-graduação no RN também se verifica quanto a número de discentes desse nível de formação. Como se verifica pela representação constante do Gráfico 6, o movimento de crescimento dos discentes foi bastante semelhante aos dos cursos de pós-graduação, apresentando crescimento expressivo na capital acompanhado de crescimento mais modesto no interior.

Da mesma forma, também houve aumento relevante da participação relativa do interior do estado quanto ao número de discentes matriculados em cursos de pós-graduação, com o interior aumentando sua participação relativa no período considerado, de 4% em 2001 para 12% em 2014, enquanto a capital tinha sua participação alterada do patamar de 96% para 88% do total do estado.

Gráfico 6 - Discentes de Pós-Graduação no RN (2001 - 2014).



Fonte: Elaboração própria com base nas informações do GeoCapes.

Esse crescimento da oferta pública de pós-graduação no interior se concentrou no município de Mossoró, onde se encontram os Campi centrais da UERN e UFRN; sendo estas as duas instituições que alavancaram esse crescimento no interior. Este fato nos leva a conclusão de que a expansão da pós-graduação no estado em direção ao interior se deu através de uma desconcentração “concentrada”, na medida em que os novos cursos se concentraram em apenas duas cidades do RN: Natal (com a grande atuação da UFRN) e Mossoró.

Apenas no final do período considerado neste trabalho, mais especificamente em 2013, houve a oferta de cursos de pós-graduação não localizados nas duas maiores cidades do estado, sendo este ofertado pela UERN através de seu Câmpus Avançado, no município de Pau dos Ferros. Isto, porém, representa um avanço no movimento de interiorização da educação superior, no sentido de tornar mais amplo os serviços ofertados pelas instituições, como a formação de pesquisadores e o desenvolvimento de pesquisas.

Enfim, a expansão do ensino superior federal (graduação e pós graduação) seria uma aposta no lugar privilegiado da educação como estratégia para a promoção do desenvolvimento regional, inclusão, redistribuição de capitais (educacionais, empreendedores, simbólicos e legais) e empoderamentosocietal. Talvez, esteja em curso nas políticas públicas brasileiras uma nova forma de desenvolvimentismo, no entanto, com objetivos e estratégias distintos do modelo clássico desenvolvimentista (MARQUES; CEPÊDA, 2012; ARAÚJO, 2013).

6 CONSIDERAÇÕES

Historicamente, a educação superior pública no Brasil foi marcada pelo abandono e esquecimento. A chegada das primeiras instituições ocorreu somente após a chegada da Coroa Portuguesa em 1808 e a primeira Universidade surgiu apenas na década de 1930. O crescimento das instituições e cursos foi duramente segurado pelos diversos governos, dando espaço para o avanço do setor privado. Tal processo foi acentuado ainda mais com a adoção da agenda neoliberal pelo governo brasileiro no final do século XX.

No entanto, percebe-se uma mudança nos números de instituições, cursos e vagas na educação superior pública no início do século XXI. Tal expansão configurou uma das maiores políticas públicas desenvolvidas no país para este nível de ensino. Proporcionou-se uma nova dinâmica para as universidades federais, contribuindo para a redução das desigualdades sociais e regionais.

No Rio Grande do Norte, a expansão também é visível. Primeiro pela transformação da natureza jurídica de três instituições (IFP, CEFET e ESAM). Logo em seguida, apoiadas pelo REUNI, a UFERSA e o IFRN iniciam um processo de criação de novos campi, cursos e aumento de vagas, principalmente no interior norte-rio-grandense. A UFRN espraia-se para o interior principalmente através do pólos da UAB, com cursos de graduação e pós-graduação lato sensu à distância. E a UERN atuou no aumento de cursos, de núcleos, e principalmente de novos programas de pós-graduação.

De 2001 a 2014, a quantidade de cursos de graduação no RN saltou de 117 para 264. Destes, em 2001, 56% estavam localizados no interior do Estado. Já em 2014, esse percentual passa para 59%. No entanto, ainda é visível a desigualdade tendo em vista que a capital que concentra 41% dos cursos de graduação só detém 25,4% da população do RN.

Percebeu-se ainda que a capital do Estado perdeu importância relativa na oferta pública de cursos de pós-graduação, de 93% em 2001 para 79% em 2014. O interior ganhou novos programas, saltando de 7% para 21% no mesmo período. Além disso, também houve aumento relevante da participação do

interior do Estado quanto ao número de discentes matriculados na pós-graduação, saltando de 4% em 2001 para 12% em 2014.

Conclui-se, portanto, que a expansão recente da educação superior no Brasil, e mais especificamente, no estado do Rio Grande do Norte, propiciou um movimento de interiorização que gerou benefícios diversos, como a oferta de cursos de graduação e pós-graduação para populações antes desprovidas de tais serviços. No entanto, este processo de interiorização ainda se mostra modesto ou, em hipótese melhor, incompleto, considerando que os números observados demonstraram ainda persistir grande desigualdade no acesso à educação superior, um direito essencial para o desenvolvimento humano e o exercício da cidadania.

Public higher education in Rio Grande do Norte: expansion and interiorization

ABSTRACT

It discusses the policy of expansion and internalization of public higher education in Rio Grande do Norte (RN) that occurred between 2001 and 2014. Based on the analysis of data from the Census of Higher Education in that period, provided by the National Institute of Studies and Research Anísio Teixeira (INEP), and data from the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (Capes) shows that there has been a significant increase in institutions, places, enrollments and courses, mainly in the interior and in the most desireless regions of the country. This expansion is also visible in the state of the NR, which allowed the local and regional development of certain spaces. In this state, the expansion occurred with greater relative growth in the interior, standing out the performance and the role: a) UFRN, mainly through the expansion of distance courses (UAB); b) UFRSA, for the permanence and increase of campuses, courses and vacancies in the interior; c) of UERN, mainly for the creation of new courses, advanced nuclei and graduate programs; d) and the IFRN, due to the wide spread throughout the State.

KEY WORDS:Expansion of Higher Education; Interiorization of Higher Education; Regional development.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Tânia Bacelar. As políticas públicas no Brasil: heranças, tendências e desafios. *Políticas Públicas e Gestão Local*: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: FASE, 2003.

BARROS, Aparecida da Silva Xavier. Expansão da Educação Superior no Brasil: limites e possibilidades. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 36, n. 131, p. 361-390, abr./jun. 2015.

BRANDIM, Maria Rejane Lima; FELDMANN, Marina Graziela. A reforma do ensino superior no contexto da reforma do estado brasileiro. *Revista de Estudos e Investigación em Psicología y Educación*, volumen extra, n. 12, 2015.

BRASIL. *Lei nº 10.172*, de 09 de Janeiro de 2001. Brasília, DF, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm>. Acesso em: 09 jul. 2016.

_____. *Decreto nº 6.094*, de 24 de Abril de 2007. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm>. Acesso em: 09 jul. 2016.

_____. *Balço de Governo 2003-2010: Educação Superior*. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <<http://www.balancodegoverno.presidencia.gov.br/cidadania-e-inclusao-social/2-educacao/b-educacao-superior>>. Acesso em: 09 jul. 2016.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. Política para o ensino superior no Brasil (1995-2006): ruptura e continuidade nas relações entre público e privado. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 29. Caxambu, MG, out./2006.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES. *Estatísticas*. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <<http://geocapes.capes.gov.br/geocapesds/>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

DANTAS, JoseneyRodrigues de Queiroz; CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. A expansão do ensino superior e as cidades médias: um estudo sobre a atuação da UERN/ Câmpus de Pau dos Ferros (RN). *Revista Política e Planejamento Regional*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 227-236, jul./dez. 2014.

ÉSTHER, AngeloBrigato. Políticas de educação superior no Brasil, desenvolvimento econômico e inserção internacional. In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 4.; CONGRESSO LUSO BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 7. Porto, 2014.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Ideias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, n. 51, p. 21-29, fev. 2003.

FIORI, J. L. *Os moedeiros falsos*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

GENTILI, Pablo; OLIVEIRA, Dalila Andrade. A procura da igualdade: dez anos de política educacional no Brasil. In: SADER, Emir (org.). *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013, p. 253-262.

GOMES, R.C.C. Expansão do Ensino Técnico e Universitário no Rio Grande do Norte: entre a Utopia e a Realidade. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA LAS UTOPIAS Y LA CONSTRUCCIÓN DE LA SOCIEDAD DEL FUTURO BARCELONA, 14.mayo2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Censo Demográfico 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/>>. Acesso em: 08 jul. 2016.

_____. *Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=rn>>. Acesso em: 08 jul. 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. *Sinopses Estatísticas do Censo da Educação Superior – 2001 a 2014*. Brasília: INEP, 2001-2014. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>>. Acesso em 09 jun. 2016.

LIMA, Paulo Gomes; FRAGA, Alex. Universidade pública brasileira: por um espaço da não exclusão e da democratização do acesso. *Quaestio*, Sorocaba, SP, v. 13, p. 147-174, maio. 2011.

LIMA, Paulo Gomes. Políticas de Educação Superior no Brasil na primeira década do século XXI: alguns cenários e leituras. *Avaliação*, Campinas, Sorocaba, SP, v. 18, n. 1, p. 85-105, mar. 2013.

MARQUES, Antonio Carlos Henrique; CEPÊDA, Vera Alves. Um perfil sobre a expansão do ensino superior recente no Brasil: aspectos democráticos e inclusivos. *Perspectivas*, São Paulo, v. 42, p. 161-192, jul./dez. 2012.

SAVIANI, Dermeval. O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 100 – Especial, p. 1231-255, out./2007.

SCHNEIDER, Volker. Redes de políticas públicas e a condução de sociedades complexas. Trad.: Hermílio Santos. *Civitas*, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 29-58, jan./jun. 2005.

SCHWARTZMAN, Simon. Demanda e políticas públicas para o ensino superior nos BRICS. *Caderno CRH(Dossiê)*, Salvador, v. 28, n. 74, p. 267-289, maio/ago. 2015.

SGUISSARDI, Valdemar. Reforma universitária no Brasil – 1995-2006: precária trajetória e incerto futuro. *Educação e Sociedade(Especial)*, Campinas, v. 27, n. 96, p. 1021-1056, out. 2006.

SILVA, Arthur. Rezende da; TERRA, Denise Cunha Tavares. A expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e os desafios na contribuição para o desenvolvimento local e regional. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO, 1. UTFPR: Curitiba, PR, 2013.

SOUZA, Celina. “Estado do campo” da pesquisa em políticas públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, n. 51, p. 15-20, fev. 2003.

_____. Políticas Públicas: questões temáticas e de pesquisa. *Caderno CRH*, Salvador, n. 39, p. 11-24, jul./dez. 2003.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. *O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade*. Associação de Advogados Trabalhadores Rurais do Estado da Bahia, 2002.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. *Auditoria operacional Fiscalização de orientação centralizada*. Rede Federal de Educação Profissional. Brasília, 2013.

Recebido: 20 dez.. 2017.

Aprovado: 19 mar. 2018.

DOI: 10.3895/rbpd.v7n2.5724

Como citar: CARVALHO, F. J. D.; LIMA, L. G. D.; COSTA, F. D. F.; SANTOS JÚNIOR, A. L. Educação superior pública no Rio Grande do Norte: expansão e interiorização. **R. bras. Planej. Desenv.**, Curitiba, , v. 7, n. 2, p. 241-263, mai./ago. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rbpd>>. Acesso em: XXX.

Correspondência:

Francisco João de Deus de Carvalho

Av. Dr. João Medeiros Filho, nº 3419 - Potengi (Zona Norte) Natal-RN, Brasil

Direito autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

